

## Internet e história do tempo presente: estratégias de memória e mitologias políticas\*

*Denis Rolland\*\**

A história tem uma vocação política ou, diríamos hoje, cívica. Mas todos os autores estão conscientes disto? Percebem eles, na sua justa medida, as questões envolvidas em sua publicação, sobretudo quando virtual – e, pois, doravante, freqüentemente sem filtro exterior, editorial, ideológico, econômico? A “socialização” está, além disto, inteiramente descontrolada, “selvagem”, sem a mediação da compra, do empréstimo ou da reprodução do livro ou da revista...

As instituições têm uma memória, e uma memória que tem uma relação muito variável com a história do tempo presente.

Há uma fonte nova, ainda pouco estudada, em rapidíssima expansão, totalmente inscrita no tempo presente e que deu ensejo a muito poucos exames críticos: a *internet*. Ora, a *internet* propõe história, apresentada com ou sem entusiasmo, com escalas históricas muito variadas, tempo longo ou muito cur-

---

\* Este trabalho é o resultado de pesquisas na *internet*, realizadas durante o segundo semestre de 2001 e apenas reflete a situação destes *sites* nesta data.

\*\* Universidade Robert Schuman, IEP Institut Universitaire de France Pesquisador Associado ao CHEVS, FNSP Diretor de Estudos, Institut d’Etudes Politiques, Paris.

to: uma história que assume frequentemente a forma de narrativas, recuperadas a partir de fontes – próximas ou longínquas – de reelaborações ou reconstruções mais ou menos coerentes... Mas esta história de costuras invisíveis, amiúde (embora nem sempre) desajeitada ou sumária, quando se trata de *sites* elaborados por particulares, é, de bom grado, quando se trata de *sites* mais oficiais, repleta de dissimulações, de amnésia – construtiva ou de mal-estar: história, compreende-se, de quantidade e qualidade muito variáveis.

O problema é que o espírito crítico do leitor não está, atualmente, à falta de limites conhecidos (geralmente, a única classificação disponível na rede é a da frequência), em condições de funcionar para a *internet* da mesma maneira que para um livro ou uma revista: lendo-se, no Brasil ou na França, uma revista de grande divulgação, como *História*<sup>1</sup>, o leitor informado sabe que não lê uma revista científica como *Tempo*, no Brasil, ou *Annales*, *Genèse* ou *Matériaux pour l'histoire de notre temps*, na França. A *internet* apresenta um discurso muito indiferenciado e cujo nível de credibilidade científica é, muitas vezes, desconhecido. Assim, a extraordinária transparência da “tela” mascara, com frequência, a opacidade de suas origens e o anonimato de seus criadores ou autores. Pois o escrito “virtual”, raramente assinado, oferece, amiúde, para os consumidores, sem que o internauta o saiba, uma história sem historiador. Ao contrário da produção impressa, para a qual se dispõe de instrumentos de discriminação (bibliografias, resenhas críticas, reputação científica...), para a “rede” não existem hoje senão muito poucos meios para avaliar a qualidade do que nela se oferece; e as “sitegrafias” não são numerosas nem muito confiáveis. Há, além disto, um agravante: a virtualidade da informação conduz facilmente a uma falta de distanciamento; em função de uma relação mais distante com fontes mais diversificadas, a informação que chega às telas é julgada e utilizada *a priori* por estudantes e jovens pesquisadores com menos filtros críticos ainda do que a informação impressa. De certo modo, a magia da acessibilidade de dados distantes, somada à juventude do meio de informação, prejudica em parte o olhar potencialmente crítico.

Tratar-se-á neste trabalho de um exemplo particularmente elucidativo da imensa variedade qualitativa desta cacofonia informativa, concebida com parâmetros e objetivos muito diversos, mas raramente anódinos: a relação com a história das instituições do Estado. Em todo o planeta, os Ministérios das

---

<sup>1</sup> A revista brasileira com este nome adiciona ao título *História*, *Aventura na História para viajar no tempo*, Editora Abril.

Relações Exteriores equiparam-se com *sites* de *internet*, concebidos ao mesmo tempo como instrumentos práticos e como vitrines. A experiência comprova que serão, doravante, utilizados com maior freqüência como fonte de informação e documentação por estudantes e amantes de história ou relações internacionais. Estruturas de Estado, inscritas no longo prazo, por definição muito visíveis desde o exterior e conscientes do papel que desempenham na difusão de uma imagem nacional, estes ministérios, atores, entre outros, no âmbito das relações internacionais, têm uma forte ligação com a história do país, por via da história das relações diplomáticas (por muito tempo confundida com a história das relações internacionais).

Nem todos os Estados possuem *sites* ministeriais: muitos Ministérios de Relações Exteriores de países pouco desenvolvidos não os têm, muitas vezes por razões de pobreza, como a maior parte dos países africanos e o Paraguai; no caso de Cuba, a explicação para esta ausência é, sem dúvida alguma, mais complexa. Contudo, para se “navegar” pelos *sites* existentes dos ministérios encarregados das relações internacionais, impõe-se uma constatação: nos países desenvolvidos ou em vias de industrialização, a relação com a história, quando existe, não é vinculada à estrutura ministerial; parece bem mais ligada à vontade de seus responsáveis nacionais de mostrar ou não, total ou parcialmente, a história nacional. A construção de um *site* na *internet* é, geralmente, o resultado de uma agenda de tarefas bem definidas: então, a decisão de recorrer ou não à história parece ter sentido; ela tem a ver, notadamente, com uma representação que os governantes dos países desejam oferecer de si mesmos, numa certa concepção ou escala da potência nacional<sup>2</sup>.

### ***1. As Relações exteriores no mundo: estratégias de história muito variadas***

A relação destas diferentes instituições com a história é bastante aberta, situando-se entre dois pólos: os ministérios que criaram *sites* sem história e aqueles para os quais a história parece essencial.

Entre os *sites* governamentais que não tratam de história estão os dos Ministérios de Relações Exteriores da Espanha e da Argentina. Em contrapartida, há os que dão à história uma grande importância, entre eles os minis-

---

<sup>2</sup> À falta, sobretudo, de informação sobre as motivações da construção dos *sites*, toda tentativa de explicação neste artigo é apenas hipotética.

térios da França e do Brasil. Sem dúvida, há povos que se interessam menos do que outros por história (e por suas histórias). Mas existiria uma norma ou um ideal a ser atingido e partilhado pelos ministérios homólogos de um mundo globalizado? Deveriam os casos francês e brasileiro, muito voltados para seu passado, por razões sensivelmente diferentes, ser considerados como situações especiais de referência ou como extremos<sup>3</sup>?

Há gradações no pântano situado entre estas duas opções. Entre os Ministérios das Relações Exteriores que, em sua apresentação na rede, não fazem da história um assunto seu, sem por isto negligenciá-la completamente, há o *Foreign and Commonwealth Office* britânico e, embora um pouco mais reservado, a *Farnesina*, Ministério italiano das Relações Exteriores; e, entre os que oferecem alguns elementos descontínuos de história, o Departamento Federal das Relações Exteriores (DFAE) da Confederação Helvécia. Entre os que dão informações detalhadas e úteis, sem por isto desenvolver longamente sua história diplomática, há o *State Department* (EUA), o MID (Rússia), o *Palácio das Necessidades* (Portugal), o Ministério das Relações Exteriores da República Popular da China e, em medida reduzida, o Ministério belga das Relações Exteriores. O exame detalhado de 14 *sites*, simplesmente classificados em função da ausência ou da presença de rubrica(s) histórica(s), terá como objetivo fundamental avaliar o peso da memória nacional e/ou institucional na redação de uma rubrica, implicando particularmente a imagem de si que um Estado quer difundir.

### *Relações exteriores: a amnésia histórica total ou parcial*

Alguns *sites* não tratam de história ou apenas o fazem ligeiramente.

O interesse menor de certos países em dar uma visão retrospectiva de suas relações internacionais é uma explicação um pouco sucinta, mesmo que complementada pelo argumento dos recursos financeiros, eventualmente pouco importantes para a construção do *site*. De fato, parece que a difícil gestão de um passado recente teria influenciado a decisão dos promotores do *site*. Em outras palavras, como explicar, num quadro institucional, um passa-

---

<sup>3</sup> Este trabalho foi preparado entre junho de 2001 e fevereiro de 2002. Reflete a consulta aos *sites*, freqüentemente durante o inverno de 2001-2002, e não leva em conta as modificações posteriores. Ora, se alguns *sites* se completam por acréscimo (México), outros são amplamente revistos (França).

do recente gerador de conflitos, violências e feridas, cujos atores por vezes ainda estão vivos e até mesmo em atividade?

Tal é, sem dúvida, a dificuldade não superada que contribui para explicar por que nem Espanha, nem Argentina introduziram uma rubrica histórica em seus respectivos *sites* ministeriais, já que ambos os países apreciam a celebração da grandeza de seu passado, o império, num caso, as lembranças do desenvolvimento econômico ou de certos ícones políticos, no outro.

Para a **Espanha**, o franquismo é um passado ainda vivo. Não é preciso ser um grande historiador para perceber isto em múltiplas ocasiões. Mas deve-se acrescentar a este dado geral a idéia de que a transição democrática completada brilhantemente pelo país repousa sobre uma ausência deliberada e quase total de vontade de “depuração”, em nome do apaziguamento e da concórdia civil. A maior parte dos funcionários do *Ministerio de Asuntos Exteriores* da época do franquismo permaneceram em seus postos. Como, nestas condições, apresentar, em termos científicos e, no entanto, oficiais, a história da Guerra Civil, da cruzada franquista e do franquismo de guerra e desta longa ditadura que perdurou até a última parte do século XX? Sob muitos pontos de vista, não escrever história, quando isto não se faz necessário, facilita a gestão do presente. Então, nas 13 rubricas da página principal, nenhuma fala de história ([www.mae.es](http://www.mae.es))<sup>4</sup>.

Para a **Argentina**, a situação pode ser apreendida *a priori* com hipóteses semelhantes (mesmo se os recursos financeiros tenham talvez pesado). A *Cancillería* não fala de história na *internet*. No entanto, ao país agrada buscar, em passado não tão distante, as manifestações de um crescimento acelerado e de uma possível potência à maneira dos países do norte. Nada de história no *site* do ministério e tampouco de evocação de gestões diferenciadas das relações exteriores pelos grandes partidos políticos nacionais; nenhuma mudança de regime a se relatar e, portanto, nenhuma referência a um passado militar muito recente, difícil e mortífero; nenhuma utilidade em tratar da política exterior argentina, um tanto errática com relação aos EUA... Se o historiador não sabe exatamente as razões que levaram a esta ausência de história, pode compreender as dificuldades que fizeram com que a história

---

<sup>4</sup> “Información aos viajantes, Bolsas, subvenções e leitores, Resumos da imprensa cotidiana, Informação geral, Entre na MAE, Embaixadas e consulados, Novidades, A OID informa, Conferências e publicações, Concursos, Contatos, Organismos dependentes, Informações para os funcionários do MAE”.

ali não fosse escrita, e até mesmo as vantagens que o referido ministério pode ter em não abordar uma questão delicada em um *site* a bem dizer não muito desenvolvido<sup>5</sup> ([www.mrecic.gov.ar](http://www.mrecic.gov.ar)). Estes dois *sites*, sendo o espanhol o mais detalhado (13 entradas contra 4), são, assim, exclusivamente funcionais e práticos, sem raízes no passado.

Há casos diferentes: um ministério que, sob uma trama histórica bastante ligeira, esquece um quarto de século de sua história; outro que não remonta sua história senão até a última troca de regime...

A **Itália** exhibe muito pouco da sua história institucional no *site* de seu Ministério de Relações Exteriores, a *Farnesina* ([www.esteri.it](http://www.esteri.it)); um pouco dos edifícios do ministério ([www.esteri.it/lafernesina/luoghi/index.htm](http://www.esteri.it/lafernesina/luoghi/index.htm)), um pouco na rubrica *Servizio Storico*, mas apenas para evocar a história dos arquivos do ministério em alguns parágrafos ([www.esteri.it/archivi/servsto/archivsto/archiv1.htm](http://www.esteri.it/archivi/servsto/archivsto/archiv1.htm))... E nada, em todo caso, que mencione os anos do fascismo, nem “Mussolini”, nem qualquer dos Ministros das Relações Exteriores do período, mesmo que, por exemplo, o imponente edifício principal do ministério, no *Foro Italico*, não seja absolutamente estranho à política arquitetural do fascismo. O passado parece não ser assumido, nem considerado apresentável ao exterior (malgrado os evidentes traços de continuidade na sociedade contemporânea) ou, enfim, simplesmente considerado necessário. O exemplo é expressivo de um tempo profundamente “desorientado”, para retomar a bela expressão de François Hartog.

Esta seletividade não é própria dos regimes democráticos com relação ao seu passado autoritário: a China comunista, colegialmente autocrática, tem o mesmo reflexo de desconfiança e ocultação em relação a seu passado “diferente”.

A versão inglesa do *site* do **Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China** consagra uma parte modesta de sua arquitetura à história ([www.fmprc.gov.cn/eng](http://www.fmprc.gov.cn/eng)). Apenas uma das 34 rubricas é efetivamente reservada à *Diplomatic History* ([www.fmprc.gov.cn/eng/c698.html](http://www.fmprc.gov.cn/eng/c698.html)). Mas, por trás desta entrada única, 58 artigos varrem os temas e as áreas geográficas das relações exteriores de uma política externa chinesa bastante voltada para pequenas sínteses do tipo *The Long-term Stable Constructive Partnership Between China and the European Union*<sup>6</sup>, *Establishment of Sino French Diplomatic Relations*<sup>7</sup>

---

<sup>5</sup> “A Chancelaria, Serviço ao viajante, Comércio exterior, A República argentina”.

<sup>6</sup> “A parceria de longo prazo, estável e construtiva entre a China e a União européia”.

<sup>7</sup> “Estabelecimento das relações diplomáticas sino-francesas”.

([www.fmprc.gov.cn/eng/5689.html](http://www.fmprc.gov.cn/eng/5689.html)), *China and Brazil* ([www.fmprc.gov.cn/eng/4320.html](http://www.fmprc.gov.cn/eng/4320.html))... No entanto, compreende-se, esta história diplomática da China é estritamente limitada à era comunista: a China imperial ou republicana anterior a Mao não tem espaço, por menor que seja, nesta representação externa da história chinesa. A amnésia histórica, parcial, repousa numa seletividade política deliberada.

O caso do **MOFA japonês** é sensivelmente diferente. O *site* em inglês do ministério japonês ([www.mofa.go.jp](http://www.mofa.go.jp)) é também muito detalhado, com um sistema notável de dupla entrada: 13 ou 55 rubricas iniciais, apresentadas na página principal! A história, porém, não é aqui uma preocupação visível (nenhuma entrada imediatamente oferecida), nem tratada de uma perspectiva mais ampla (nada de história geral do ministério). A partir das rubricas *Postwar Issues* ([www.mofa.go.jp/policy/postwar/index.html](http://www.mofa.go.jp/policy/postwar/index.html)) ou *Culture*, chegamos ao *Bluebook* (publicação de documentos diplomáticos dos últimos anos, acessível na rede desde 1994); todavia, não há nada ali de um passado menos recente. Procurando bem, entretanto, a rubrica *Regional Affairs* abriga muitas pequenas notas históricas sobre as relações exteriores do Japão ([www.mofa.go.jp/region](http://www.mofa.go.jp/region)), mas com uma profundidade histórica bem variável: assim, se, com o Oriente Médio, o autor faz as relações remontarem ao “caminho da seda” ([www.mofa.go.jp/region/middle\\_e/relations/history.html](http://www.mofa.go.jp/region/middle_e/relations/history.html)), com os EUA o histórico começa com a “derrota japonesa” ([www.mofa.go.jp/region/n-am/us/relation.html](http://www.mofa.go.jp/region/n-am/us/relation.html)) e, com a União Européia, só em 1991 ([www.mofa.go.jp/region/europe/eu/overview/history.html](http://www.mofa.go.jp/region/europe/eu/overview/history.html))...

### *Relações exteriores: a necessária memória*

Há países cujos Ministérios das Relações Exteriores comunicam parcimoniosamente a sua história através da rede.

Há, enfim, quem faça história aparentemente por necessidade (Suíça). Há quem pareça reservar à história um lugar deliberadamente limitado, visando construir uma imagem do país voltada para o futuro (Grã-Bretanha) e, por vezes, *também* por falta de interesse e até mesmo para evitar episódios complexos (Bélgica). Há quem conceda à história um lugar de mediana importância (Rússia, Portugal, EUA, Alemanha), gerindo seu passado com alguns rodeios, artifícios ou acertos.

A julgar por seu *site* na *internet*, o **Departamento Federal das Relações Exteriores (DFAE) da Confederação Helvécia** não tem grande in-

teresse pela história ([www.dfae.admin.ch](http://www.dfae.admin.ch)). Fornece ao internauta longas páginas de história, porém, com frequência, por meio de remissões a outros sites e somente para definir sua neutralidade (Comissão independente de especialistas, dita Comissão Bergier, “questões históricas” ([www.switzerland.taskforce.ch/W/W2/W2a/a1\\_fn.htm](http://www.switzerland.taskforce.ch/W/W2/W2a/a1_fn.htm)) ou para responder às críticas internacionais, em particular em torno da Segunda Guerra Mundial (sub-rubrica “Suíça-2ª Guerra Mundial”). Assim, a história intervém principalmente quando parece indispensável para a imagem nacional. Do contrário, é desconsiderada.

O **Reino Unido** procura oferecer uma imagem de si decididamente voltada para o futuro. O site do **Foreign and Commonwealth Office London** é colocado simbolicamente no item *Creativity, innovation and quality* ([www.fco.gov.uk](http://www.fco.gov.uk)). Através do que parece uma relação de causa e efeito, a história existe, então, em doses homeopáticas, nas muito breves *History Notes* ([www.fco.gov.uk/news/keythemehome.asp?9](http://www.fco.gov.uk/news/keythemehome.asp?9)), apresentando em algumas linhas os *FCO Historians*, três séries de publicações históricas e alguns dados práticos, aos quais são adicionados nove pequenos artigos pontuais, todos relativos ao século XX, desde *Britain's entry into the EC* ou *Nazi Gold* até *Women in Diplomacy...* Encontram-se também certos elementos de história nacional por trás da apresentação dos edifícios do ministério ([www.fco.gov.uk/directory/dynpage.asp?Page=62](http://www.fco.gov.uk/directory/dynpage.asp?Page=62) e [www.fco.gov.uk/directory/tour.asp](http://www.fco.gov.uk/directory/tour.asp)). Isto não quer dizer absolutamente que o ministério não tem interesse por sua história, longe disto: não há nenhuma recusa da história nesta descrição, como o atestam os trabalhos científicos publicados direta ou indiretamente sob os auspícios dos *FCO Historians*. Mas, na sua promoção pública, a história não é julgada nem determinante, nem prioritária.

O site do **Ministério belga das Relações Exteriores, do Comércio Exterior e da Cooperação para o Desenvolvimento** ([www.diplobel.org](http://www.diplobel.org), [www.diplobel.fgov.be](http://www.diplobel.fgov.be)) não esquece a história; mas sem muito dela se ocupar. Na rubrica “Guia do Ministério”, encontra-se um claro e breve “Observações históricas” ([www.diplobel.org/Ministry/gids%20-%20fr/2.htm](http://www.diplobel.org/Ministry/gids%20-%20fr/2.htm)). Redigido por vezes para o público interno (“nosso país”), divide-se em quatro “períodos” cronológicos: “1830-1875”, “1875-1914”, “entre duas guerras”, “pós-1945”. Ao menos segundo estes títulos, as duas guerras “saíram” da história do ministério: uma frase para evocar “a neutralidade rompida” durante a Primeira Guerra Mundial; nada sobre a Segunda Guerra. A ocupação do território nacional durante a Primeira e a Segunda Guerras Mundiais não



explica muita coisa (a nacionalidade das forças de ocupação jamais é mencionada): no entanto, houve governos em atividade no exílio e, no interior do país, certas instituições ao menos permaneceram funcionais. Assim, não é necessário insistir que existem elementos de uma síndrome belga, como existe na França uma “síndrome de Vichy”, talvez menos importante, estudada e reconhecida do que na França. E o *site* do Ministério belga das Relações Exteriores é um reflexo deste *aggiornamento* não realizado da história institucional do país.

O *site* **mexicano** da *Secretaría de Relaciones Exteriores* ([www.sre.gob.mx](http://www.sre.gob.mx)) reserva um espaço importante para a história (5ª rubrica em 14) ([www.sre.gob.mx/acerca/sre/historiasre.htm](http://www.sre.gob.mx/acerca/sre/historiasre.htm)). Mas trata-se de uma longa exposição (21 páginas) apenas aparentemente linear. É dada uma grande preponderância ao século XX e, mais precisamente, aos últimos anos (8 páginas). Para um país que tem uma excelente historiografia e com uma história das relações internacionais bem desenvolvida, a terminologia do recorte cronológico, em seis períodos bastante desiguais, é algo surpreendente; e os recortes sugerem que o *site* foi atualizado não tanto por revisão global quanto por acumulação. Após um “século XIX” lógico, segue-se uma elíptica “aurora do século XX” ali, onde se esperava a palavra Revolução. Segue-se uma “etapa pós-revolucionária”, espantosamente precoce, de 1917 a 1946 e, depois, uma “etapa moderna”, de 1946 a 2000. Mas a rubrica prossegue com o “fim do século XX”, evocando as reformas de 1998, seguindo-se ainda um “novo milênio”, que aborda, sem formular explicitamente, o fim da hegemonia do Partido Revolucionário Institucional e, por outro lado explicitamente, a alternância política com a chegada ao poder do *Partido de Acción Nacional* (PAN): esta última parte que, isoladamente, surge na tela em negrito, insiste no fato de que “hoje podemos promover a imagem de um México democrático. Em outras palavras, a Revolução é, senão apagada, ao menos nitidamente reapropriada nesta representação do passado mexicano, fortemente voltado para o presente e deliberadamente aberto para o futuro.

O *site* do **Ministério russo das Relações Exteriores** (MID<sup>8</sup>) é bastante completo ([www.ln.mid.ru/website](http://www.ln.mid.ru/website)). Mas somente na sua versão em russo, sendo as versões em inglês, francês, espanhol ou alemão, além de idênticas, pobremente constituídas por três rubricas referentes à atualidade. Caso

---

<sup>8</sup> Em 1991, decidiu-se chamá-lo Relações Exteriores. Mas este artigo ainda é assinado em dezembro de 2001 por um departamento do MID. E, em toda parte, aparece a menção MID.

descartemos a hipótese de esta diferença decorrer somente de imperativos financeiros, é preciso considerar outras duas explicações possíveis e complementares: uma espécie de recompensa “nacionalista”; e um tratamento diferenciado do acesso à informação por parte do público nacional (ou russófono) e pelo público estrangeiro (não russófono).

Em russo, portanto, a história não está ausente das dez rubricas iniciais: o “serviço dos arquivos” apresenta principalmente um histórico global, uma cronologia dos Ministros das Relações Exteriores e artigos de síntese sobre alguns temas ([www.ln.mid.ru/website/ns-arch.nsf](http://www.ln.mid.ru/website/ns-arch.nsf)). Três características se destacam. Por um lado, a história da Rússia dos xsares é mais longamente desenvolvida (4/8 páginas) do que a da URSS (3,5/8 páginas); e, na rubrica histórica, o *site* não se detém na política da nova Rússia (0,5/8 páginas), apresentada exclusivamente através de algumas cifras eloqüentes (número de embaixadas, pessoal); entretanto, ela é bem desenvolvida mais adiante, graças a numerosos artigos temáticos. Por outro lado, a idéia claramente afirmada é a de uma continuidade da política externa entre todos os regimes (um pouco à maneira dos brasileiros, mesmo que, neste caso, as mudanças tenham sido apenas políticas), desde bem antes da Rússia dos Romanov até a Rússia de Putin, passando pela URSS; ou da monarquia xarista à quase democracia atual, passando pela era comunista. Diferentemente da ocultação chinesa, esta maneira de escrever ou apresentar a história da política externa russa, apagando as mudanças de regime político, não é isolada: trata-se de um método amplamente partilhado pelos *sites* italiano, brasileiro e até mesmo francês. Enfim, e esta é a terceira característica deste *site*, o MID inscreve sua política numa bastante longa duração, remontando à política externa russa e à formação política da Rússia: a primeira parte da exposição começa no século IX (mesmo a França, tão ciosa de sua história e da antigüidade da mesma não ousa recuar tanto), uma data, de fato, comumente identificada com o nascimento da Rússia (o MID foi instituído com este nome somente em 1802). A Rússia é apresentada como partícipe, há mais de um milênio, das grandes questões mundiais, uma Rússia sempre ativa em política externa, presente em Bizâncio como nos atuais processos de globalização, promotora da luta antifascista, parteira decisiva do degelo...

**Portugal** oferece, através de seu *Ministério dos Negócios Estrangeiros*, um *site* ilustrado e bem detalhado, onde a história encontra um bom espaço ([www.min-nestrageiros.pt/mne](http://www.min-nestrageiros.pt/mne)), na terceira das sete rubricas, mas

de forma modesta (2 sub-rubricas em 28). A parte denominada *Aspectos Históricos* se decompõe em três elementos: a muito breve *História da Instituição*, em meia folha ([www.min-nestrageiros.pt/mne/historia](http://www.min-nestrageiros.pt/mne/historia)), *Sinopse da História Diplomática Portuguesa* é, de fato, uma simples lista de soberanos sem data, seguida por uma longa e detalhada cronologia, incluindo, com suas respectivas datas, os Ministérios das Relações Exteriores e os principais fatos que um diplomata acreditou dignos de se selecionarem ([www.min-nestrageiros.pt/mne/histdiplomatica/principal.html](http://www.min-nestrageiros.pt/mne/histdiplomatica/principal.html)); enfim, uma série de *Discursos* encerram a apresentação. Porém, centralizando precisamente sua cronologia bastante detalhada (36 páginas) no ministério, nos ministros e nas relações diplomáticas, esta parte do *site* alcança um resultado notável ([www.min-nestrageiros.pt/mne/histdiplomatica/sino36.html](http://www.min-nestrageiros.pt/mne/histdiplomatica/sino36.html)): não mencionar nem uma única mudança de regime, nem mesmo o nome de Salazar até 1936, para simplesmente assinalar que ele assume provisoriamente o ministério, sem revelar ao leitor a sua função principal<sup>9</sup>... Assim, não há quaisquer referências à troca de regime nos anos vinte, aliás, não mais do que àquela na metade dos anos setenta!

O *site* alemão da *Auswärtiges Amt* é, neste sentido, bem mais exitoso ([www.auswaertiges.amt.de](http://www.auswaertiges.amt.de)). Há, de imediato, uma entrada histórica ([www.auswaertiges.amt.de/www/de/aamt/geschichte/index.html](http://www.auswaertiges.amt.de/www/de/aamt/geschichte/index.html)) e uma outra para certos arquivos ([www.auswaertiges.amt.de/www/de/infoservice/politik/index.html](http://www.auswaertiges.amt.de/www/de/infoservice/politik/index.html)). O *site* de história delinea um histórico geral do ministério desde 1870, não contornando, por exemplo, o nazismo. Aqui, não estamos fora do regime de historicidade corrente a nível nacional na Alemanha atual. No máximo, certas páginas tendem a sublinhar, aliás não sem fundamento, que a diplomacia tradicional e o ministério perderam (um pouco) sua importância, seu poder e, implicitamente – no que mais importa para o *site* e a imagem do ministério – de sua responsabilidade, à medida que o poder nacional-socialista transferiu competência no campo internacional, seja ao partido nacional-socialista, seja a outros ministérios (da Propaganda, em particular).

O *State Department* norte-americano é, como o alemão, um *site* claro e sem grandes lacunas ([www.state.gov](http://www.state.gov)). Se o comparamos a um *site* como o de Portugal, vemos que dispõe, com efeito, de maiores recursos financeiros, técnicos e científicos, mas ele tem, sobretudo, menos transformações políticas a explicar, justificar ou esquecer. A parte histórica (*History, Education & Culture*, uma das nove entradas do *site*) é acessível através do *Office of the*

---

<sup>9</sup> O nome aparece em seguida em 1942, 1943, 1957.

*Historian*, que é, antes de tudo, o domínio das fontes, da resposta às interrogações do público ou, mais particularmente, às dos pesquisadores. Vinculado ao *Bureau of Public Affairs* do *State Department*, o *site* inclui, em sua rubrica histórica, onze janelas, entre as quais uma cronologia detalhada das viagens presidenciais e das do Secretário de Estado ([www.state.gov/r/pa/ho/trvl/c4388.htm](http://www.state.gov/r/pa/ho/trvl/c4388.htm)), uma rubrica especial sobre a documentação referente ao “Holocausto” e uma cronologia de história diplomática nacional (*Timeline of US Diplomatic History*): aqui, em modelo bastante comum (que encontramos também no *site* francês), uma galeria de retratos ([www.state.gov/r/pa/ho/c1799.htm](http://www.state.gov/r/pa/ho/c1799.htm)) permite passar, selecionando a imagem escolhida, para mais amplas informações (história diplomática no *site* americano, biografias no francês); mas, no início de março de 2002, este trabalho está completo apenas para o período da Independência (enquanto o *site* francês é, deste ponto de vista, realmente completo).

*Relações exteriores: a estratégia de visibilização ou a instrumentalização da história*

Há outros países para os quais a estratégia institucional parece ser exatamente inversa à da Espanha ou à da Argentina. Tais são os casos do Brasil e da França. Aqui, deparamo-nos com uma abundância de história.

O *site* do **Ministério brasileiro das Relações Exteriores** (*Ministério das Relações Exteriores*) ([www.itamaraty.gov.br](http://www.itamaraty.gov.br)) é um dos que mais valorizam a história nacional e, em particular, a história das relações internacionais. Um dos quinze itens (*Temas de Política Externa*) leva-nos a um breve *Panorama da Política Externa* ou para *A construção da nação* (<http://www.mre.gov.br/cdbrazil/itamaraty/web/port/index.htm>). Acima de tudo, uma das três entradas apresentadas como centrais, *A Diplomacia Brasileira*, oferece quatro rubricas essencialmente históricas, sendo a segunda, *História da Diplomacia brasileira* ([http://www.mre.gov.br/acs/diplomacia/portg/h\\_diplom/menu\\_hd.htm](http://www.mre.gov.br/acs/diplomacia/portg/h_diplom/menu_hd.htm)) um notável livro de história completo, em duas versões, em língua portuguesa ou inglesa, cada uma com, ao menos, cem páginas (<http://www.mre.gov.br/acs/diplomacia>).

Por um lado, a importância da história está, sem dúvida, ligada à existência e à antigüidade (em relação à maior parte dos países do continente) da Escola Diplomática, o *Instituto Rio Branco*. Por outro lado, está ligada ao desenvolvimento de uma notável história das relações internacionais no país. Mas estes são elementos limitados para uma explicação, mesmo se a analo-

gia entre as situações do Brasil e da França contribui para validar estas hipóteses. Pois há outros países dotados de estudos de alto nível sobre história das relações internacionais (EUA, Alemanha...), bem como de antiga escola para a formação de diplomatas (Reino Unido, Alemanha...), que fazem escolhas diferentes na construção de seus *sites*. Indubitavelmente, isto se deve, em grande medida, à vontade de justificar a potência, pelo menos regional, realçando aos olhos do público o caráter antigo, refletido e historicamente linear da política externa nacional.

O *site* do **Ministério francês das Relações Exteriores** ([www.diplomatie.gouv.fr/index.html](http://www.diplomatie.gouv.fr/index.html)) é, entre os consultados, juntamente com o do Brasil, o que mais contém história. É também, *neste campo*, o mais completo, particularmente detalhado. Em sua rubrica “Arquivos Diplomáticos” ([www.diplomatie.gouv.fr/archives/index.html](http://www.diplomatie.gouv.fr/archives/index.html)), uma das treze entradas do *site*, a história surge através de nove sub-rubricas (novamente detalhadas), entre as quais uma belíssima galeria de retratos comentada ([www.diplomatie.gouv.fr/archives/dossiers/140ministres/index.html](http://www.diplomatie.gouv.fr/archives/dossiers/140ministres/index.html)) e uma breve série de “Algumas grandes figuras da diplomacia” ([www.diplomatie.gouv.fr/archives/dossiers/grandes-figures/index.html](http://www.diplomatie.gouv.fr/archives/dossiers/grandes-figures/index.html)): Richelieu, Vergennes, Chateaubriand, Briand.

Voltaremos ao assunto na segunda parte desta exposição.

## **2. As representações francesas das relações exteriores e a persistência da síndrome de Vichy**

Memória e história são, *a priori*, duas percepções do passado muito claramente diferenciadas. A memória é uma vivência em evolução constante e, visto que depende do grupo em que se constitui, é plural. A história, tradicionalmente, é definida como uma reconstrução científica; tende a delimitar um saber constitutivo e durável. Além disto, é “a herdeira de um problema que se coloca de certo modo abaixo dela, no plano da memória e do esquecimento”<sup>10</sup>: a representação da memória (ou representação mnemônica) é anterior à da história.

Entre outros, Paul Ricœur e Pierre Nora<sup>11</sup>, de modo geral, e Henry Rousso<sup>12</sup>, para a história da Segunda Guerra Mundial, contribuíram para mostrar que os limites não eram sempre contrastados, que o peso das ten-

---

<sup>10</sup> Paul Ricœur, “L’écriture de l’histoire...”, *op. cit.*, p. 731.

<sup>11</sup> Pierre Nora, *Les lieux de mémoire*, t. 1, “La République”, Paris, Gallimard, 1984.

<sup>12</sup> Henry Rousso, *Le syndrome de Vichy de 1944 à nos jours*, Paris, Le Seuil, 1987.

sões externas ao objeto analisado alimenta toda representação do passado. Neste sentido, tal como a memória, a permeabilidade dos dois campos, memória e história, tornou-se, há tempos, um objeto da história.

O norte-americano Robert O. Paxton publicou, há quase trinta anos, *La France de Vichy*<sup>13</sup>, abalando algumas certezas de uma parte da historiografia francesa. Quase quinze anos transcorreram desde a publicação de uma história da memória da guerra, a *Syndrome de Vichy*<sup>14</sup>. Desde então, o Estado reconheceu oficialmente na França a sua responsabilidade na política discriminatória, aplicada em seu território durante a Segunda Guerra Mundial. E, no campo da cultura, os MNR (Museus Nacionais de Recuperação, produtos das espoliações) saíram da sombra publicamente; até mesmo o Museu das Artes e Tradições Populares pensa em discutir sua relação com valores promovidos pela direita nacionalista e o governo de Vichy.

Porém, o trauma ligado à Ocupação ainda é profundo. Particularmente o vinculado às divisões internas, a esta cultura de confrontação interna, a esta guerra franco-francesa, que possui várias características de uma guerra civil<sup>15</sup> – certamente com uma diferença de escala e de massa crítica com relação à Espanha de 1936, ou à Grécia durante e após a guerra, mas, ainda assim, com caráter letal e radical<sup>16</sup>. Como na Grécia e na Espanha, o passado ainda não passou e, por questões de justificação, limites (da adesão a Vichy, da colaboração) ou passagens (para a resistência) retrospectivas continuam a ser criadas. Assim, certas administrações e instituições francesas, ligadas às relações internacionais, ainda propalam sua “resistência” durante a guerra, esquecendo – ou quase – Vichy e uma parte importante de seu passado. Estariam alguns aspectos da história institucional, ainda bastante pobres, até hoje ressentindo-se do passado, do seu passado?

*A encenação das relações exteriores pela internet: uma construção confusa deliberada?*

As “histórias” das instituições de relações internacionais privilegiam para o período da Segunda Guerra Mundial duas fórmulas comprovadas:

---

<sup>13</sup> Robert O. Paxton, *La France de Vichy*, Paris, Le Seuil, 1973 (1972 para a edição americana).

<sup>14</sup> Henry Rousso, *Le syndrome de Vichy de 1944 à nos jours*, Paris, Le Seuil, 1987.

<sup>15</sup> Cf. *Les guerres franco-françaises, Vingtième Siècle, Revue d'histoire*, nº 5, especial, janeiro de 1985 e J.-C. Martin (Dir.), *La Guerre civile entre histoire et mémoire*, coll. Enquêtes et Documents, Centre de Recherche sur l'histoire du monde atlantique, nº 21, Nantes, 1995.

<sup>16</sup> Cf. Henry Rousso, *Le syndrome de Vichy...*, *op. cit.*, p. 15.

– o *continuum cronológico* é o procedimento mais correntemente utilizado, estabelecendo uma ligação direta entre a III República ou o que seria apenas um “começo” de Vichy (como se o regime de Vichy, do outono de 1940 ou de 1941, fosse totalmente estranho a Vichy dos anos seguintes, outro problema de limites<sup>17</sup>) e a Resistência; assim, para o Ministério das Relações Exteriores, obras científicas como a “História Geral da Administração Francesa”<sup>18</sup>, publicada sob os auspícios do CNRS, reproduzem o que não é senão a *vulgata*, a saber, esta continuidade (sem dualidade) entre a III República, o começo de Vichy e a Resistência;

– mas a lacuna cronológica não está abandonada, ela permite passar, sem mediação, da III República à Libertação; a última obra publicada sobre a Ação Artística da França no mundo utiliza este segundo procedimento: uma memória coletiva bastante hegemônica e praticamente única, uma cultura francesa universal, uma mensagem homogênea a ser difundida para o exterior, por indivíduos de mesma opinião, nenhum conflito incontornável e, sobretudo, nada de guerra civil...

Em ambos os casos, como nos limites entre memória e história, o estudo histórico é então seguramente simplificado.

Convém esclarecer que não há, realmente, nada de novo nas linhas que se seguem. Aqui, a explicação mais simples do texto manifesta, antes de tudo, a propensão para o discurso unânime da França sobre ela mesma, quando se trata de sua cultura; esta França que tradicionalmente atribuiu “uma considerável importância aos fatores culturais na estruturação da nação bem como na afirmação de sua grandeza”<sup>19</sup>. Ela sublinha também a dificuldade de escrever uma história tendo em conta as principais conquistas da ciência, conseguindo gerenciar a memória, sobretudo quando se trata da cultura francesa e da imagem que a França pode oferecer de si mesma ao exterior<sup>20</sup>.

A única e muito preciosa síntese “recente” sobre a história do Ministério das Relações Exteriores foi, portanto, publicada em 1984, na coleção “História Geral da Administração Francesa”, pelo CNRS. Trata-se do prin-

<sup>17</sup> A depuração administrativa geralmente manteve como limite a invasão da zona sul após o desembarque anglo-americano na África do Norte: ter-se mantido funcionário de Vichy depois disto podia acarretar perseguições. As principais leis de exclusão são bem anteriores.

<sup>18</sup> *Les Affaires étrangères et le corps diplomatique français*, tome II, Paris, CNRS, 1984.

<sup>19</sup> Pascal Ory, “Le mythe de Paris, Ville-Lumière, dans les années 1900”, *op. cit.*, p. 135.

<sup>20</sup> Cf. Denis Rolland, *La crise du modèle français*, Rennes, Presses Universitaires de Rennes, 2000.



principal instrumento à disposição dos pesquisadores. Apoiando-se na autoridade dos maiores nomes universitários do momento<sup>21</sup>, esta obra fornece respostas mais ou menos claras para três problemas de limites sérios e muito comuns, todos ligados à memória da guerra:

- Se desejamos incluir, numa periodização global, a que período devemos associar Vichy: antes ou depois da III República ou da IV e da V?
- Teria havido em algum momento “duas França’s”?
- Quando uma instituição se torna parte de uma resistência?

O primeiro problema pode ser resolvido de maneira bem simples. Os autores do plano da obra adotam 1940 como cesura: propõem como última parte cronológica “1940-1980”; e abrem-na com um “capítulo preliminar” timidamente intitulado “período de 1940-1944”. Certamente, é preciso encontrar limites, quando se quer estabelecer um plano cronológico e os limites permanecem *sempre* arbitrários. Este plano pode, todavia, conduzir o leitor a duas conclusões precoces: compreender que o fim da III República seria o fim de um mundo sem continuidade ulterior (cf., por exemplo, a recente e violenta polêmica em torno da obra de Gérard Noiriel, *Les origines républicaines de Vichy*<sup>22</sup>); e, sobretudo, admitir que a Resistência sucede à III República e contribui para fundar a IV tão rapidamente que todo o período da guerra participaria efetivamente, via Londres e Argel, da segunda fundação da República. De passagem, e talvez esta seja a questão principal, praticamente elimina-se Vichy.

O segundo problema é *a priori* mais complicado de se resolver: teria havido, no período da Ocupação, duas administrações francesas paralelas, uma em Vichy, outra em Londres e, em seguida, em Argel<sup>23</sup>? A complexidade da resposta a dar é transcrita pelo fato de que a obra oferece duas proposições paralelas.

A cronologia dos Ministros e dos Secretários de Estado, apresentada ao final do volume, propõe, em princípio, esta fórmula comum da memória,

---

<sup>21</sup> *Les Affaires étrangères et le corps diplomatique français*, tome II, Paris, CNRS, 1984. Colaboraram destacadamente na redação deste volume, dirigido por Jean Baillou, Jean-Baptiste Duroselle, Jacques Bariéty, Jean Gaudemet, Pierre Guillen, Antoine Marès.

<sup>22</sup> Gérard Noiriel, *Les origines républicaines de Vichy*, Paris, Hachette, 1999.

<sup>23</sup> Simplificamos nós mesmos, ao não considerarmos o momento em que o desembarque anglo-americano na África do Norte contribui para criar, em 1943, uma terceira estrutura administrativa.



que é a continuidade, sem dualidade, entre a III República, inícios de Vichy e a Resistência. Esta cronologia não poderia ser mais simplista<sup>24</sup>:

<b>Data de nomeação</b>	<b>Ministros</b>	<b>Data de encerramento das funções</b>
10 de abril de 1938	Bonnet	13 de setembro de 1939
13 de setembro de 1939	Daladier	21 de março 1940
21 de março de 1940	Reynaud	18 de maio de 1940
18 de maio de 1940	Daladier	5 de junho de 1940
<b>5 de junho de 1940</b>	<b>Reynaud</b> <i>[III República]</i>	<b>17 de junho de 1940</b>
<b>17 de junho de 1940</b>	<b>Baudoin</b> <i>[governo do armistício]</i>	<b>15 de julho de 1940</b> <i>[limite imaginário]</i> <sup>25</sup>
<b>15 de julho de 1940</b>	<b>Dejean</b> <i>[França livre, Londres]</i>	<b>24 de outubro de 1942</b>
24 de outubro de 1942	Pleven	7 de fevereiro de 1943
7 de fevereiro de 1943	Massigli	10 de setembro de 1944

*Obs.: Os caracteres em negrito e em itálico entre colchetes são nossos.*

Aqui não há limite, não há ruptura: uma bela continuidade muito artificial permite passar da França do final da III República à França rearticulada em Londres em torno do General De Gaulle. As relações exteriores praticamente inexistem em Vichy. No entanto, no momento da depuração, considerou-se que, até a invasão da zona livre, trabalhar para os governos instalados em Vichy não devia, salvo alguma exceção, acarretar perseguições: houve, portanto, uma evolução regressiva dos limites e simplificação máxima da memória.

E não se trata absolutamente de uma simplificação ou um erro pontual. Esta continuidade reproduz exatamente a proposta, até hoje, pelo *Annuaire diplomatique*, publicação oficial anual das relações exteriores<sup>26</sup> (e a Associação

<sup>24</sup> *Les Affaires étrangères et le corps diplomatique français*, tomo II, *op. cit.*, pp. 986-987.

<sup>25</sup> Uma interrupção de sua atividade que não é absolutamente real, mas corresponde à vontade de substituir na cronologia o responsável pelas Relações Exteriores da França livre que começa a funcionar. O texto mostra, entretanto – e logicamente – um Paul Baudoin agindo ainda em agosto de 1940 (p. 551): no dia seguinte ao do encontro entre Pétain-Hitler em Montoire (24 de outubro), Baudoin (como Charles-Roux) se demite.

<sup>26</sup> A DGCID (Direção Geral da Cooperação Internacional e do Desenvolvimento) substituiu, em 1999, a DGRCSST, englobando uma parte bem ampla do antigo Ministério da Cooperação

Francesa de Ação Artística propõe aqui uma versão minimamente modificada – como veremos mais adiante). O *site* do ministério na *internet* ([www.diplomatie.gouv.fr](http://www.diplomatie.gouv.fr)) propõe igualmente, em 2000, uma cronologia inteiramente de acordo para a “2ª Guerra Mundial” (não sendo o termo dos mais modernos) e – agora indicando bem o que não queremos compreender de Vichy – prolongando de um semestre a III República com Paul Baudoin, de fato “ministro do governo de Vichy”<sup>27</sup>, mas, ao mesmo tempo, “ministro da III República”<sup>28</sup>. Percebe-se isto, com efeito, na rubrica “Arquivos diplomáticos”, prefaciada por uma renomada acadêmica que – certamente sem ter visto o *site* – lembra a utilidade destas páginas para “estudantes” e “historiadores”: [www.diplomatie.gouv.fr/archives/archives/expo/140/39\\_45/index.html](http://www.diplomatie.gouv.fr/archives/archives/expo/140/39_45/index.html)

A contradição interna, ademais, não incomoda. Se Laval está ausente como Ministro das Relações Exteriores durante a Segunda Guerra Mundial, aparece, contudo, na rubrica dedicada ao entre-duas-guerras, ocupando, de fato, este ministério por cinco vezes entre 1932 e 1936; e, quando selecionamos o retrato de Laval (teria a foto sido escolhida deliberadamente como retrato encarregado de manifestar a hipotética anomalia desta nomeação?), ele reaparece, então, como ministro durante a Ocupação: mas somente de abril de 1942 a agosto de 1944, e não de outubro de 1940 a dezembro de 1941, como se o início de Vichy (de fato, incluído segundo este *site* na III República), no entanto tão expressivo da colaboração e da política de exclusão, devesse ser dissociado de Laval<sup>29</sup>!

---

e tornando-se, assim, uma direção numericamente considerável. Outorgou-se uma placa de aspecto bastante técnico, dando pouco espaço à história, exceto num título “A cooperação francesa: tradição e renovação”, que ignora o velho Serviço das Obras e começa apenas em 1945, com a criação da Direção Geral das Relações Culturais.

<sup>27</sup> Respectivamente no endereço [www.diplomatie.gouv.fr/archives/archives/expo/140/39\\_45/04.html](http://www.diplomatie.gouv.fr/archives/archives/expo/140/39_45/04.html) e em [www.diplomatie.gouv.fr/archives/archives/expo/140/39\\_45/index.html](http://www.diplomatie.gouv.fr/archives/archives/expo/140/39_45/index.html). O tratamento da Segunda Guerra Mundial por este *site* parece ter ensejado amplos debates internos no ministério, mas a tradição que nega qualquer limite entre a III República e a França livre decididamente predominou.

<sup>28</sup> Além disto, ele se demite após Montoire, Laval assumindo as relações Exteriores; depois ele é apenas Ministro Secretário de Estado na Presidência do Conselho (Jean-Baptiste Duroselle, *L'Abîme 1939-1944*, Imprimerie Nationale, 1986, p. 269).

<sup>29</sup> “LAVAL (Pierre), Senador, Presidente do Conselho, falecido em 15 de outubro de 1945. Quatorze de janeiro-21 de fevereiro de 1932 ; 13 de outubro-7 de junho de 1935, três vezes ministro; 7 de junho de 1935-24 de janeiro de 1936, Senador, Presidente do Conselho, Ministro pela quinta vez. 18 de abril de 1942-agosto de 1944, Ministro do governo de Vichy” [www.diplomatie.gouv.fr/archives/archives/expo/140/2guer/08.html](http://www.diplomatie.gouv.fr/archives/archives/expo/140/2guer/08.html).

Há também uma sensível diferença entre a cronologia proposta pela obra publicada pelo CNRS e seu texto. O texto em si não faz Vichy desaparecer. O “capítulo preliminar”, dedicado ao período da guerra, distingue assim três itens: “O departamento na época de Vichy”, “O Comissariado Nacional para as Relações Exteriores (Londres, 1940-1943)” e, em seguida, “O Comissariado para as Relações Exteriores do Comitê de Libertação Nacional (Argel, 1943-1944)”. O plano detalhado pode-se justificar pela existência de três estruturas administrativas diferentes, mas leva a negligenciar a cronologia e exagera o desenvolvimento das estruturas da Resistência (2 partes em 3).

Temos, com isto, uma idéia do tratamento do terceiro problema, a questão da passagem de uma instituição para a resistência. O primeiro desenvolvimento do capítulo consagrado à guerra intitula-se, é verdade, “O departamento na época de Vichy”<sup>30</sup>. Porém, ele obscurece a tal ponto passagens para a resistência pessoal ou política<sup>31</sup> que o leitor passa a se perguntar qual foi a consistência da instituição fiel ao governo (apenas um diplomata rompeu, todavia, com o governo Pétain, que pediu o armistício<sup>32</sup>). Os exemplos – que não cabe contestar – se multiplicam e estes elementos isolados não deixam de dar a impressão de um ministério com ares de “resistente”: o Secretário Geral coloca o cargo à disposição após Montoire: o governo de Vichy procede a “transferências e demissões”, afetando particularmente os assuntos políticos e o Serviço das Obras (assuntos culturais); um dos responsáveis por este último serviço, “primo do general Leclerc, recusou-se a prestar juramento ao Marechal Pétain” e foi demitido; a apreensão da documentação do Ministério pelos alemães e a redução dos circuitos de comunicação utilizáveis colocam grandes dificuldades, mas “a ‘mala’ [...] serviu mais de uma vez à resistência”, especialmente à “rede Aliança”, sobretudo após a instalação do Comitê Francês de Libertação Nacional em Argel, com “a rede ‘Martial’”;

---

<sup>30</sup> *Les Affaires étrangères...*, *op. cit.*, pp. 541-561.

<sup>31</sup> Apenas tardiamente é esclarecido (p. 557) que, até novembro de 1942, “o ritmo das ‘defecções’” “foi modesto”; na página seguinte, é porém sublinhado que elas eram “já sensíveis desde o retorno de Laval ao poder” (p. 558). Este parágrafo dá a impressão de uma hemorragia quase global de pessoal entre 1942 e 1944.

<sup>32</sup> Brugère, em Yougoslâvia. Cf Jean-Baptiste Duroselle, *L'Abîme*, *op. cit.*, p. 187.

<sup>33</sup> Deve-se ainda, não obstante, mesmo enquanto a anglofobia de Vichy é destacada (pp. 553-554), falar de “agressão de Mers-el Kébir” (p. 549), sobretudo numa obra sobre as Relações Exteriores, onde as questões estratégicas são percebidas como mais bem compreendidas do que em outros espaços?

os contatos mantidos com a Inglaterra<sup>33</sup> e os governos no exílio em Londres são bastante ativados, assim como as pressões alemãs para romper com certos Estados ou denunciar diplomatas partidários da França livre; o Serviço das Obras com a Sr<sup>a</sup>. Bidault ajuda “companhias teatrais”<sup>34</sup> e “intelectuais”, que “podiam ser perturbados pelos Alemães”, a “sair da França”; e, depois de novembro de 1942, “dois Departamentos haviam-se instalado de alguma forma; um, oficial, continuava funcionando em Vichy, pela necessidade de manter a ficção do Estado francês; o outro – uma espécie de Departamento fantasma – destinado sobretudo a preparar a Libertação, em acordo com o CFLN”.

Na ausência de uma leitura cuidadosa, a impressão extraída de uma relativa confusão cronológica de conjunto<sup>35</sup> contribui para a idéia de que, afinal, a resistência emerge cedo e maciçamente em um Ministério das Relações Exteriores, cuja lealdade ao governo teria declinado rapidamente.

Este capítulo distingue pouco, ou até mesmo amalgama, sem dificuldades, as convergências (a princípio raras, depois mais freqüentes) com De Gaulle (antes de 1943) e, após a operação *Torch*, que liberta a África do Norte, as (mais numerosas) com Darlan, Giraud e o CFLN; e um dos *leit motiv* é a defesa da experiência dos quadros do Quai d’Orsay frente à inépcia dos vários diplomatas de circunstância da França livre. Já sensível à onipresença da passagem para a resistência, a apologia do pessoal e do corpo diplomático é clara, reforçada pela menção “de uma certa desconfiança [do governo de Vichy] com relação ao pessoal da diplomacia”<sup>36</sup>. Ela é paralela a uma descrição recorrente das “dificuldades”<sup>37</sup> que caminham, de maneira cronologicamente muito fluida, para a “paralisia” da “atividade material” das relações exteriores de Vichy<sup>38</sup>; e leva a considerar globalmente que tais relações, marcadas pelo “silêncio”, “consistiam mais em informação do que em ação”<sup>39</sup>. Em outras palavras, por um lado, a passagem para a resistência, em diversos momentos, seria

---

<sup>34</sup> Não conhecemos senão uma, o *Ateneu-Louis-Jouvet*. O testemunho da Sr<sup>a</sup>. Bidault e sua atividade posterior a 1941 não são estranhas à construção do memorial resistente da missão do *Ateneu*.

<sup>35</sup> O plano detalhado é exato, mas contribui para retomar tema após tema o conjunto do período, conduzindo a este amálgama no momento da leitura.

<sup>36</sup> *Les Affaires étrangères...*, *op. cit.*, p. 555.

<sup>37</sup> *Ibidem*, pp. 539-547.

<sup>38</sup> *Ibidem*, pp. 548, 551.

<sup>39</sup> *Ibidem*, p. 552.

maciça; por outro, os que não fizeram este movimento não poderiam trabalhar. Se queremos admitir que as relações exteriores são, com efeito, uma das administrações que mais viram seu campo geográfico de ação restringir-se durante a guerra, antes do “episódio Darlan”, mais de quinze anos de pesquisas em arquivos das relações exteriores não produzem esta impressão de uma passagem rápida e importante do ministério para a resistência, mas sim – principalmente para o pessoal ativo no estrangeiro – de uma dispersão discreta antes da entrada dos EUA na guerra, um pouco mais visível em seguida, mais importante no dia seguinte ao desembarque anglo-saxão na África do Norte; que pensemos, por exemplo, nos pedidos de perda do direito à nacionalidade francesa que transitaram bastante pelo ministério, antes de serem decididos e transmitidos. A primeira conclusão, que nos leva a este desenvolvimento sobre “I. O Departamento na época de Vichy”, é clara e esperada: “Podemos perguntar-nos se poderíamos falar de um ‘Quay d’Orsay’ a respeito de um país em período de armistício”<sup>40</sup>. A segunda, ainda mais: terminando com um desenvolvimento sobre “o Birô clandestino de Paris”<sup>41</sup>, sem dúvida fundado, a obra produz no espírito do leitor a idéia de que, em todas as terras, a resistência diplomática era mais importante, antes mesmo da leitura das páginas dedicadas à resistência organizada em Londres (II) e Argel (III).

O que se propõe não é, então, uma versão renovada da antiga teoria do “jogo duplo” de Pétain ou da solidariedade: Pétain, internamente, De Gaulle, no exterior; Pétain para proteger “neste momento” os franceses, De Gaulle, pelo futuro da França; é uma visão globalmente “resistencialista” que passa pela continuidade de uma função pública, a das relações exteriores, globalmente clarividente ou de imediato impotente.

O historiador ou quem pretende sê-lo, nesta matéria, distingue-se, no mínimo insuficientemente, do memorialista. Mais que isto, ele valida a ausência de limite ou a construção de limites artificiais. Valida, com sua autoridade, o discurso de uma memória que adapta, em benefício próprio, os elementos de informação: uma memória funcional para uma instituição e um corpo e, conforme o clima de um pós-guerra que, rapidamente, quis negar a existência de conflitos entre franceses<sup>42</sup>

<sup>40</sup> “[...] e [reduzido, após novembro de 1942, a uma subordinação completa]”: *Les Affaires étrangères...*, *op. cit.*, p. 558.

<sup>41</sup> *Les Affaires étrangères...*, *op. cit.*, p. 559.

<sup>42</sup> Deve-se notar que os funcionários das Relações Exteriores, mais ligados à informação externa que a média da população francesa, foram sem dúvida menos sensíveis à informação e à propaganda de Vichy. Os quadros em atividade no estrangeiro, fora da Europa nazista e fas-

Na aurora do século XX, com a crescente influência de outras nações, europeias sobretudo – a Alemanha em primeiro lugar – e dos EUA, surgiu a idéia de uma intervenção governamental francesa no campo da ação cultural. Em 1910, a iniciativa administrativa em matéria de cultura fez uma estréia discreta no Ministério das Relações Exteriores com o Departamento das Escolas e das Obras Francesas no estrangeiro, com um ou dois funcionários apenas. Apesar do desdém pela “arte propagandística”, a Primeira Guerra Mundial reforçou a idéia de uma necessária ação concertada: um escritório de relações públicas e de propaganda foi criado em 1915, logo timidamente denominado “Casa da imprensa”. Tal serviço (ou departamento) das Escolas e das Obras das Relações Exteriores reaparece em 1918, sendo reorganizado em 1920 e, transformado em Serviço das Obras Francesas no estrangeiro, foi incumbido de questões concernentes à “expansão intelectual da França fora do país”<sup>43</sup>. Antes de 1939, este pequeno serviço nunca teve mais de dez pessoas<sup>44</sup>, mas conservou suas prerrogativas culturais intactas até a guerra<sup>45</sup> e trabalhou ativamente. Até o dia seguinte ao armistício de 1940, até a mudança do regime, a palavra “propaganda”, considerada inconveniente, foi todavia cuidadosamente evitada na França nas denominações oficiais. Uma propaganda que podemos aqui definir muito amplamente como um “esforço para transmitir os valores sociais e políticos”<sup>46</sup>.

Para o período da guerra, sem falar das placas nas quais a abreviação esclarecedora é um imperativo e os limites políticos totalmente deslocados no cerne da concisão, a Associação Francesa de Ação Artística (AFAA) e a Direção Geral das Relações Culturais, Científicas e Técnicas (DGRGST), convertida, em 1999, na DGCID (após a absorção do Ministério da Cooperação), do Ministério das Relações Exteriores, construíram para si uma história

---

cista, estavam ainda mais expostos a fontes de informação contraditórias, até mesmo e sobretudo anglo-saxãs e, freqüentemente, obtiveram com rapidez a medida da evolução dos acontecimentos.

<sup>43</sup> Citado por *Les Affaires étrangères et le corps diplomatique français*, tome II, Paris, CNRS, 1984, p. 393.

<sup>44</sup> Freqüentemente brilhantes, claro; ao lado de Giraudoux, já citado, pode-se citar Paul Morand (subchefe da seção artística), que muito se interessou pelas questões americanas.

<sup>45</sup> Cf. os exemplos citados por Gilles Matthieu, *op. cit.*, pp. 68-69.

<sup>46</sup> Cf. P. Kenez, *The Birth of the Propaganda State: “Mass mobilization” in Russia, 1917-1929*, Cambridge, CUP, 1985.

altamente resistente e que o tempo pouco altera<sup>47</sup>. Em 2000, entretanto, a placa de apresentação da DGCID, de aspecto bastante técnico, abandonou o essencial das referências à história.

Uma bela obra, indispensável e pioneira, a respeito das *Histórias de diplomacia cultural das origens a 1995*<sup>48</sup>, constrói sem ambigüidade esta memória “resistenciaalista” da guerra. Nenhum dos autores é historiador: o único citado na apresentação da obra, na contracapa, é Alain Decaux<sup>49</sup>. E o plural nas “Histórias” previne, de alguma forma, o leitor esclarecido. Enfim, uma citação de De Gaulle, utilizada na capa, menciona já “a Resistência” do “pensamento francês” durante a guerra... O período da guerra é abordado num segundo capítulo, intitulado “1939-1945: na tormenta”<sup>50</sup>. De imediato, na introdução deste capítulo, antes de enunciar a palavra Vichy, os autores sublinham em dois parágrafos a existência de um “segundo Serviço das Obras”, ativo em Londres<sup>51</sup>, e a atenção dispensada à questão cultural “no âmbito da França livre”<sup>52</sup>: Vichy surge depois! E isto para invocar a ação indubitavelmente resistente de certos funcionários.

O desenvolvimento é construído em duas partes: “Vichy: do Marechal à Resistência”; em seguida, “Londres, Argel, Paris: a ação da França livre”. O primeiro subtítulo é bastante eloqüente sobre a ausência de limites, sobre a transição percebida como inevitável. Por trás de um conteúdo inspirado pela obra citada acima, sobre *As Relações Exteriores e o corpo diplomático francês*<sup>53</sup>, a questão central são as conseqüências das leis anti-semitas sobre a direção destas instituições, posteriormente sobre a (boa<sup>54</sup>) vontade dos diplomatas remanescentes nos cargos para manter viva a cultura francesa, todavia afetada cedo pela “paralisia” progressiva do “aparelho diplomático”. E passamos

---

<sup>47</sup> N.T.: As expressões “história resistente”, “versão resistente, etc., empregadas pelo autor, aparecem a partir daqui para designar visões da história que generalizam artificialmente a participação dos franceses no movimento de resistência à ocupação alemã durante a guerra.

<sup>48</sup> François Roche, Bernard Piniau, *Histoires de diplomatie culturelle des origines à 1995*, Paris, ADPF-La Documentation française, 1995.

<sup>49</sup> De fato, presidente de honra da AFAA.

<sup>50</sup> François Roche, Bernard Piniau, *op. cit.*, pp. 57-72.

<sup>51</sup> *Ibidem*, p. 58.

<sup>52</sup> *Ibidem*, p. 58.

<sup>53</sup> Porém citado, anteriormente (nota 4), com um duplo erro: o capítulo é atribuído a Claude Lévy, que não parece ter participado da obra, e o número de página é falso (p. 241 para 542-54).

<sup>54</sup> François Roche, Bernard Piniau, *op. cit.*, pp. 60-62.



diretamente a 1943, para a chamada “hora do lobo”, quando “vigora a via intermediária que Vichy encarnava”<sup>55</sup>. Não é preciso aqui contestar com argumentos capciosos esta indefensável “via intermediária”, pois os autores abandonam rapidamente a “dimensão oficial” deste serviço para evocar uma espécie de infiltração da dissidência na administração de Vichy... Antes de abrir a parte sobre a França livre, como em *As Relações Exteriores e o corpo diplomático francês*, estes são os mesmos procedimentos retóricos utilizados, embora com numerosas simplificações, para, conscientemente ou não, infundir os arquétipos da memória na história.

A Associação Francesa de Expansão e Intercâmbios Artísticos, criada em 1922, torna-se, em 1934, a Associação Francesa de Ação Artística (AFAA). Trata-se de um organismo de execução do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Educação Nacional<sup>56</sup>. Destina-se a facilitar a sua tarefa: autonomia financeira e maior flexibilidade dos meios de ação<sup>57</sup> fazem dele um organismo dotado, em princípio, de maior eficiência. Deve “assegurar a difusão da arte francesa e o bom acolhimento dos artistas estrangeiros na França, [...] organizar em todas as circunstâncias oportunas exposições, concertos, representações líricas ou dramáticas, [...] informar [...]”<sup>58</sup>.

A última obra publicada até o presente momento sobre a AFAA<sup>59</sup> retoma e amplia a solução da lacuna utilizada pelas já evocadas cronologias das relações exteriores: os autores desta obra, com plano cronológico dividido em três partes, *A ação artística da França no mundo*, fecham uma primeira parte em 1939 e retomam a segunda em 1945<sup>60</sup>. Sem nenhuma explicação, a guerra inteira (*Drôle de guerre*, Vichy, a Libertação) desaparece da obra. Na brochura de apresentação, publicada pela AFAA em 2000, uma cronologia apaga a guerra da mesma maneira: os presidentes e os diretores nomeados por Vichy desaparecem sob uma continuidade artificial que vai dos anos 30 aos 50 (“1935-1950, Albert Sarrault”) ou 60 (“1938-1968, Philippe Erlanger”, no

<sup>55</sup> *Ibidem*, p. 64.

<sup>56</sup> Desde 1932, membros diplomados em Direito representam os dois ministérios no conselho de administração.

<sup>57</sup> Ver AMAE-N, EA, d. 141, notícia sobre a AFAA, s. d. (conjunto díspar 1933-1940/1941?).

<sup>58</sup> *Idem*.

<sup>59</sup> “A história de uma aventura conduzida pelas instituições, mesmo se [elas] tiveram [...] parceiros privados”, p. 16.

<sup>60</sup> Bernard Piniau et Ramon Tio Bellido, *L'action artistique de la France dans le monde*, Paris, L'Harmattan, 1998.



entanto afastada pelo primeiro decreto estabelecendo o estatuto dos judeus desde o outono de 1940).

### ***O papel da reprodução científica***

Quando alargamos o ângulo de visão da história interna destas instituições para uma história incluindo sua obra, fenômenos similares de ausência de limite entre a memória e a história do tempo presente são identificáveis. Certos acontecimentos são, então, retirados de seu contexto de origem e utilizados para reforçar ou construir a idéia de uma resistência institucional. Isto é, sem dúvida, o que acontece em duas exposições de arte francesa, organizadas antes da guerra no continente americano (norte e sul) e que não cruzarão novamente o Atlântico até o fim da guerra. O mesmo ocorre com a extraordinária excursão latino-americana de Louis Jouvet e seu teatro, o *Ateneu*, entre 1941 e 1945. Um episódio romanesco amplamente instrumentalizado na maior parte dos impressos, narrando a história do Serviço das Obras Francesas no Exterior e, sobretudo, a da AFAA.

Hoje, numerosos trabalhos, frequentemente realizados em torno do Instituto de História do Tempo Presente, permitem apreender precisamente a vida cultural na França durante a guerra<sup>61</sup>. Porém, os aspectos externos do edifício permanecem na sombra e dispersos. A ação cultural de Vichy e mesmo a da França livre, o ensino francês e da língua francesa (na encruzilhada religião-política, em função da importância das congregações de origem francesa), o exílio francês (à exceção de um estudo norte-americano sobre o exílio francês nos EUA<sup>62</sup>, nada comparável aos úteis volumes de *Weimar en exil*<sup>63</sup>), as manifestações da cultura francesa (livro, teatro...) aguardam ainda o trabalho histórico<sup>64</sup>: as sínteses, como diversos estudos de detalhe, fazem falta.

<sup>61</sup> Serge Added, *Le théâtre dans les années-Vichy, 1940-1944*, Paris, Ramsay, 1992; Jean-Pierre Bertin-Maghit, *Le cinéma sous l'Occupation*, Paris, Olivier Orban, 1989; Laurence Bertrand Dorléac, *L'art de la défaite, 1940-1944*, Paris, Seuil, 1993; Laurent Gervereau et Denis Peschanski (orgs.), *La propagande sous Vichy 1940-1944*, Nanterre, BDIC, 1990; Pierre Laborie, *L'opinion française sous Vichy*, Paris, Seuil, 1990; Dominique Rossignol, *Histoire de la propagande en France de 1940 à 1944*, Paris, PUF, 1991; Dominique Veillon, *La mode sous l'Occupation*, Paris, Payot, 1990; Jean-Pierre Rioux (org.), *La vie culturelle sous Vichy*, Bruxelles, Complexe, 1990.

<sup>62</sup> Colin W. Nettelbeck, *Forever French, Exile in the United States, 1939-1945*, New York, Berg, 1991.

<sup>63</sup> Jean-Michel Palmier, *Weimar en exil*, 2 vols., Paris, Payot, 1988.

<sup>64</sup> Sobre a evasão da França: Roger Belot, *Aux frontières de la liberté, Vichy-Madrid-Alger-Londres, S'évader de France sous l'Occupation*, Paris, Fayard, 1998.

Então, sob a cobertura da história, a imprecisão favorece as apologias institucionais ou pessoais.

Em 1990, os autores do catálogo de uma exposição sobre *A propaganda sob Vichy* reproduziram para Louis Juvet o que ele mesmo afirmou a respeito de sua longa permanência no estrangeiro, a saber, a idéia de um longo exílio<sup>65</sup>; muito logicamente, no contexto do imediato pós-guerra, Juvet não pronunciou a palavra Vichy no texto de uma conferência feita ao retornar; declarou “Eu parti. É assim que, durante quatro anos de exílio, representando ao acaso em países da América Latina, nos vimos, eu e meus camaradas, nas condições primitivas dos antigos comediantes...”<sup>66</sup>.

O que mais escrever no início dos anos 1990 tendo, em vista as pesquisas? Além-mar, considerou-se, às vezes, que Juvet estava, por acaso, em temporada no estrangeiro, quando da invasão de junho de 1940<sup>67</sup>. Mas, na França, o autor da melhor síntese apresentada até hoje sobre *O cinema sob a Ocupação* sinaliza que, “para não trabalhar com os invasores”, Juvet “escolheu o exílio”<sup>68</sup>. Seu homólogo no teatro assinala que “a censura foi a causa direta da partida de Juvet”<sup>69</sup>. Enfim, para o período 1914-1940, o único historiador francês a se aproximar um pouco das questões de política cultural francesa na América do Sul não escreve outra coisa: ele evoca “Louis Juvet e sua companhia, confinados no exílio por quatro anos, representando ao acaso

---

<sup>65</sup> Louis Juvet é mencionado entre os membros da Continental Filmes e uma nota assinala: “Este último escolheu o exílio que o leva primeiro a Genebra para filmar *A Escola de Mulheres* e, depois, à América do Sul”, Jean-Pierre Berthin-Maghit, “Le cinéma et les actualités filmées”, *La Propagande sous Vichy*, Paris, La Découverte-BDIC, 1990, p. 196. Mesma nota em *Le cinéma sous l’Occupation*, Paris, Olivier Orban, 1989, p. 36.

<sup>66</sup> Louis Juvet, *Prestiges et perspectives*, *op. cit.*, p. 11. Nestas palavras, Juvet engloba, todavia, realidades diferentes, das quais duas *tournées* distintas: quando deixa Paris, trata-se apenas de uma *tournee* na Suíça e de uma série de representações na zona livre. A temporada americana é apenas um projeto bastante avançado, mas para o qual nada está garantido. E, de qualquer forma, é difícil falar de um exílio em 1941 e 1942: como se escreveu a propósito das Cartas alemãs no exílio, “hesitamos em incluir” nesta categoria do teatro no exílio “um certo número de peças, de encenações e de companhias que conseguem (na Europa) trabalho no estrangeiro” (Jean-Michel Palmier, *Weimar en exil*, 2, *Exil en Amérique*, Paris, Payot, 1988, p. 87). Ora, quando Juvet deixa a França, os teatros do Rio, de Buenos Aires e de Montevideo contrataram o *Athénée* para a temporada de 1941 –e o retorno é programado.

<sup>67</sup> “Em 1941, com a chegada em plena guerra de Louis Juvet (que estava acidentalmente em *tournee* quando seu país foi ocupado)”, Ernesto Schoó, “Escenarios: las dos caras del teatro”, *Francia en la Argentina*, Buenos Aires, Manrique Zago ed., 1995.

<sup>68</sup> Jean-Pierre Bertin-Maghit, *op. cit.*, p. 36 (autor do texto do catálogo já citado).

<sup>69</sup> Serge Added, *op. cit.*, pp. 100 e 131.

dos convites”<sup>70</sup>. O biógrafo de Jouvet, sem economizar elogios quanto à companhia americana, é ele mesmo bastante discreto quanto às origens deste deslocamento<sup>71</sup>. Somente um historiador norte-americano, constatando a relativa pobreza do teatro francês no exílio em Nova York e a estrita recusa oposta por Washington à vinda de Jouvet aos EUA, “por razões que permanecem obscuras”, não reproduz o discurso comum e leva a algumas interrogações<sup>72</sup>. Como ficamos?

Louis Jouvet volta, no outono de 1940, com *A Escola de mulheres* em seu teatro, o *Ateneu*. Depois, à frente da sua companhia, saiu da Paris ocupada para uma *tournee* na Suíça. Instalou-se em seguida em zona livre e ali atuou de cidade em cidade. Os teatros helvéticos o acolheram uma segunda vez. Posteriormente, via Espanha e Portugal, alcançou e percorreu a América Latina de 1941 a 1945. Cruzando dezesseis países, Jouvet atuou com uns vinte e cinco companheiros em duas temporadas no Brasil, na Argentina e no Uruguai. Saindo dos espaços previamente estabelecidos, passou então pelo Chile, Peru, Equador e, atravessando os Andes, pela Colômbia e Venezuela. Enfim, a companhia vai representar em Cuba e no Haiti, antes de chegar, num cargueiro, em número de vinte apenas, tendo em vista os vários recrutamentos acontecidos no caminho, ao México. Difícil, através do Caribe e, em particular, das Antilhas francesas, o retorno à França se dá, desta vez, com apenas doze. Em quatro anos de guerra, o comediante e diretor realizou, assim, muitas centenas de apresentações<sup>73</sup>, continuando sua obra de criação em outros lugares.

De volta a Paris em 18 de fevereiro de 1945, no momento em que a memória “resistente” da companhia já está largamente garantida por uma

---

<sup>70</sup> Gilles Matthieu, *Une ambition sud-américaine, politique culturelle de la France (1914-1940)*, Paris, L’Harmattan, p. 190.

<sup>71</sup> Jean-Marc Loubier, *Louis Jouvet, biographie*, Paris, Ramsay, 1986, 5º capítulo, “Dieu vous bénisse... M. Jouvet”.

<sup>72</sup> Colin W. Nettelbeck, *op. cit.*, p. 72.

<sup>73</sup> Pelo menos 191, de julho de 1941 a dezembro de 1942, segundo a teatrografia fornecida, em anexo, de Loubier, que, feita com o material então disponível, não parece confiável (*A Escola de mulheres* não aparece então na temporada sul-americana); 376, segundo Jouvet e Karsenty, de junho de 1941 a fevereiro de 1945, em 13 países diferentes (Marcel Karsenty, *Les promeneurs de rêve, Cinquante ans de tournées théâtrales à travers le monde avec les Galas Karsenty*, Paris, Ramsay, 1985, p. 187) das quais 14 “em benefício da Cruz Vermelha ou das obras de guerra, para um número aproximado de 700.000 espectadores” (Louis Jouvet, *Prestiges et perspectives du théâtre français*, Paris, Gallimard, 1945, p. 19).

imprensa unânime<sup>74</sup>, o autor e seus fiéis (alguns se recusaram a retornar) são acolhidos como heróis. Em 12 de março, Jouvet é recebido pelo general De Gaulle. O chefe do governo provisório felicita-o, então, pela “notável e inigualável embaixada itinerante que ele, com sua companhia, fora para a França e a imagem que dela difundiu”<sup>75</sup>. Pois se trata exatamente de uma embaixada.

Este caráter oficial, os EUA identificaram com precisão. Washington negou mesmo a Jouvet qualquer facilidade, recusando-lhe, assim, a passagem por um de seus portos para que fosse atuar no Canadá. Melhor, o FBI e o Departamento de Estado dificultaram seus deslocamentos no Caribe, primeiro aéreos, depois marítimos, em seguida, em 1944, recusaram-lhe indiretamente a entrega de filme...

A companhia reconstituída do teatro do *Ateneu* havia saído de Paris, com suas bagagens, com um documento alemão: deixava a zona ocupada para uma *tournée* subvencionada na Suíça. Após algum tempo na França não ocupada, evitando as proibições legislativas concernentes à emigração, partiu de Lyon, em maio de 1941, para uma temporada oficial na América Latina: seu responsável não era o único titular de um passaporte semidiplomático, dito “de serviço”. Vichy financiava, em 1941 como ainda em 1942, a *tournée* com somas consideráveis, sobretudo nestes tempos de penúria de divisas. O que logo é designado pela expressão “missão Jouvet” hipotecou qualquer outro projeto exterior importante ou distante empreendido pela AFAA durante estes dois anos<sup>76</sup>.

Os arquivos da *tournée* não deixam dúvidas sobre o caráter oficial da missão organizada por Vichy, em 1941, para o *Ateneu-Louis Jouvet*<sup>77</sup>. Jouvet

---

<sup>74</sup> Cf. Denis Rolland, “Le théâtre, la mémoire et l’historien, la troupe de Louis Jouvet entre Vichy et la France libre 1940-1945”, *Coups de théâtre*, Paris, n° 3, junho de 1995, pp. 47-69, e “La construction d’une mémoire au lendemain de la guerre: Louis Jouvet et le théâtre de l’Athénée en Amérique latine 1941-1945”, *Matériaux pour l’histoire de notre temps* (BDIC), 1-1996, pp. 42-45.

<sup>75</sup> Léo Lapara, *Dix ans avec Jouvet*, Paris, France Empire, 1975, p. 172.

<sup>76</sup> O único outro projeto de envergadura comparável, a *tournée* dos Pequenos Cantores na Cruz de Madeira, é garantido por um financiamento direto com fundos do próprio chefe de Estado. É, além disto, um projeto financeiramente muito menos pesado, pois não há nem cenário, nem figurinos para transportar; como as crianças não viajam em primeira classe, são acolhidas nas casas dos habitantes, o que não se trata de *per diem*.

<sup>77</sup> Cf. Denis Rolland, *Louis Jouvet et le Théâtre de l’Athénée 1939-1945, Promeneurs de rêves en guerre*, Paris, IUF-L’Harmattan, 2000.

deve aceitar “condições” ainda obscuras para o historiador; um membro da companhia, o representante de imprensa, foi encarregado de enquadrar politicamente a companhia, talvez também de uma missão de polícia das embaixadas ou de colaboração; e outros são encarregados de distribuir propaganda. As Administrações das Relações Exteriores, do Interior, da Instrução Pública e mesmo o Comissariado para as questões judaicas são todos avisados sobre a missão, inscrita na continuidade das *tournées*, contando com o patrocínio governamental (1939, *Comédie Française*; 1940, *Vieux-Colombier*). E a imprensa, assim como a opinião pública, não o ignoram absolutamente. Entre outros numerosos documentos, esta entrevista de Jovet com um jornalista do *Figaro*, na hora da partida, em Lyon, testemunha o fato:

— O Sr. deve ter sentido muita dificuldade para organizar esta *tournee* fora do continente?

— Claro! Imagine os problemas de uma *tournee* comum multiplicados por cem. E eu sou otimista!<sup>78</sup>.

— E é claro uma *tournee* oficial?

— Naturalmente. Do contrário nada teria sido possível!<sup>79</sup>.

Há, todavia, limites para esta missão oficial.

Em primeiro lugar, um limite vinculado à motivação de cada um dos membros da companhia. Nem todos aderem à Revolução nacional. O próprio Jovet tem um interesse medíocre pela política, preocupado apenas em fazer teatro de qualidade, seu teatro, e nas melhores condições materiais possíveis. Pelo teatro, ele aceitou participar da política teatral da Frente Popular; aceitou também participar das reformas das corporações de Vichy no outono de 1940.

Em seguida, limites cronológicos: em 1941, como em 1942, o *Ateneu-Louis Jovet* representa sob os auspícios de Vichy, com cartazes que anunciam o patrocínio, manifesta seus laços com as representações diplomáticas de Vichy, recusa qualquer contato com os franceses livres e mostra distância para com estes agitadores; ainda em 1941, a embaixada alemã assiste aos espetáculos; em 1942, salvo no Rio de Janeiro, o sucesso é bem menor do que em 1941. O outono de 1942 marca o fim da missão oficial: Jovet não é mais subvencionado por Vichy; decide ficar, mas nem por isto adere à França livre, que considera parcialmente responsável pelo fracasso da temporada de

---

<sup>78</sup> *Le Progrès*, Lyon, 28-05-1941.

<sup>79</sup> *Le Figaro*, Lyon, 27-05-1941 (grafia de origem).

1942 na Argentina e no Uruguai. A passagem pelo Chile, com apenas uma parte da companhia (uma parte havia retornado em 1941, outra não continuou após a segunda temporada), acontece num clima melancólico e de crise financeira: com exceções, a América Latina acompanhou a entrada dos Estados Unidos na guerra (ao menos pela ruptura das relações com o Eixo<sup>80</sup>) e Vichy é contestada em toda parte. No Chile, porém, em algumas apresentações<sup>81</sup>, os representantes alemães comparecem, o que mostra, no mínimo, que o *Ateneu-Louis Jouvet* não é rotulado como “dissidente”. É somente durante o ano de 1943, na Colômbia e na Venezuela particularmente, que a França livre deixa de boicotar Louis Jouvet e passa a auxiliar a organização material das temporadas. A passagem entre Vichy e a França Livre se dá no primeiro semestre de 1943.

Rapidamente abordada pelo biógrafo de Jouvet<sup>82</sup>, a *tournée* se impõe, no entanto, em algumas publicações de lembranças dos seus participantes<sup>83</sup>. Mas a memória da *tournée* se construiu, no essencial, independentemente das lembranças do pós-guerra. No segundo semestre de 1944, a imprensa divulga esta versão resistente a partir de dois elementos principais: a morte supostamente em campo de concentração de uma secretária de Louis Jouvet, que participou da primeira temporada sul-americana, e o testemunho de um resistente de primeira hora (Paul Rivet), afirmando que o *Ateneu* fez na Améri-

<sup>80</sup> De novembro de 1941 a janeiro de 1942, Cuba, México, Colômbia, Venezuela, Peru, Uruguai, Paraguai, Brasil, Bolívia e Equador romperam relações com o Eixo (apenas Chile e Argentina foram exceções), ao passo que o essencial da América Central e do Caribe estava em guerra ao lado dos EUA desde o fim de 1941.

<sup>81</sup> O Chile somente rompe suas relações com a Alemanha em janeiro de 1943.

<sup>82</sup> Jean-Marc Loubier, *Louis Jouvet, op. cit.*

<sup>83</sup> Madeleine Ozeray, *A Toujours, Monsieur Jouvet*, Paris, Buchet-Chastel, 1987 (relato muito impressionista de uma companheira de Jouvet que o abandona e abandona a companhia em 1943).

— Wanda Kérien, *Louis Jouvet, notre Patron*, Paris, Editeurs Français Réunis, 1963 (relato de uma atriz da companhia, inspirado em testemunhos preexistentes, cronologia incerta).

— Catherine Moissan, *Pampa, Samba, Vaudou*, Paris, Fasquelle, 1947.

— Marcel Karsenty, *Les promeneurs de rêve, op. cit.* (testemunho pesado do organizador).

— Léo Lapara, *op. cit.* (francês, casado com a filha de um diplomata brasileiro, parte para o Brasil em junho de 1941; com sua mulher, reencontra a companhia quando da preparação da segunda temporada no Rio de Janeiro, em 1941, ator e, depois, co-organizador da *tournée*).

— Louis Jouvet, *Prestiges et perspectives..., op. cit.*

Agradecimentos a Luc Capdevila (Université de Rennes 2) por sua leitura.

ca Latina um excelente trabalho de propaganda cultural para a França livre: Rivet estava na Colômbia quando Jouvét chega, em 1943, sendo em seguida Adido Cultural da França livre no México, no começo de 1944, ano em que Jouvét chega àquele país; e é precisamente o momento em que aceita o apoio da França livre. O mártir e o selo de resistente varrem Vichy e os anos de 1941-1942. Assim, no outono de 1944, quando Jouvét ainda se encontra no México, a França escuta, com o relato da aventura do *Ateneu*, o que ela deseja escutar. Que, durante a tempestade dos anos de guerra, a cultura francesa continuou se propagando pelo mundo e através de indivíduos considerados não “comprometidos”. A amnésia de Vichy, comum, é, neste caso, ainda mais compreensível. Mas a instrumentalização, pelos autores de história das instituições culturais francesas, dispondo de fontes de conteúdo unívoco, coloca outros problemas metodológicos. Extremamente atento à temporalidade, às evoluções de representações institucionais e pessoais, complexas para se determinar, mas que devem ser integradas à sua reflexão, o trabalho do historiador, em princípio, consiste também em colocar certos limites à reprodução e à difusão de uma memória que não tem raízes nas fontes.

Para o *Abismo* da política externa francesa, escreve-se ainda uma literatura com pretensões históricas, destinada a apagar certos pretensos “acazos” da história, validando a amnésia longamente dominante no que concerne ao Estado francês. A autopromoção de certas instituições (AFAA, DGRCST) por muitos anos transitou por uma corrente do tempo simplesmente retomada, de uma maneira ou de outra, por sobre a guerra, entre a III República e a Libertação: ela permite tanto fazer desaparecer a guerra como afirmar que, setorialmente, nada se passou de importante em outros lugares, salvo do lado da Resistência. A história aqui escrita deve, talvez, ser considerada com uma certa indulgência, quando se trata de autopromoção ou, até mesmo, de publicidade. Ela não pode sê-lo, quando se dá sob a marca da cientificidade e, mais ainda, quando “fisicamente” próxima das fontes com base nas quais o trabalho é escrito. Certos limites científicos não podem ser transgredidos. Mesmo se podemos compreender bem que não se deseja questionar a história da instituição, que lhe fornece sua principal fonte, o historiador não se pode contentar em reproduzir, sem comentário, um discurso comum – que faz parte também de seu material de estudo: há aqui, por outro lado, um limite artificial entre objeto e não objeto de história que convém abolir, como já fizeram



outras áreas da história. Sessenta anos depois da supressão brutal e quase unânime das instituições republicanas, sessenta anos depois da implementação de políticas tragicamente discriminatórias, a síndrome de Vichy ainda não pertence ao passado. E, sob o vocábulo de história, a despeito de debates internos que, sem dúvida, aconteceram, transpomos sem hesitar os limites elementares da deontologia do ofício de historiador. Por questões de imagem, de identidade, produz-se, segundo as palavras de Paul Ricœur, uma “memória manipulada”. Para fazer crer, convencer e agradar, “tráfica-se” conscientemente, então, “a memória pelo viés da narrativa com [...] suas ênfases e seus silêncios”<sup>84</sup>. Neste caso de representação do passado, não há nenhum problema de limite entre o voto de fidelidade da memória e o desejo de verdade em história: o que é dado ao leitor não tem a ver com uma coisa nem outra.

O *site* do Ministério francês das Relações Exteriores foi amplamente reformulado e aperfeiçoado em 2001. Um prefácio a esta rubrica de arquivos (de Héléne Carrère-d’Encausse) foi suprimido. O *site* conserva, todavia, o traço profundo da síndrome de Vichy na Administração das Relações Exteriores. O *aggiornamento* promovido por Jacques Chirac em 1995 não irrigou todas as estruturas do Estado: freqüentemente a partir de trabalhos científicos de historiadores parasitados por inércias memoriais, o *site* manifesta exemplarmente a poluição da história por estratégias (deliberadas) de recusa da evolução da memória. Nisto, o exemplo francês é, sem dúvida, menos ligado a uma vontade política que a uma mitologia institucional, defendida por certos autores que, sob a alegação da “prudência”, se mostram pouco preocupados em fazer concessões ao seu ambiente social ou a considerar o movimento historiográfico.

### **Conclusão**

O uso desta história “convocada” na *internet* para e por instituições governamentais é muito distante, por exemplo, da “caçada ilícita” da história desenvolvida por Marilyne Crivello, no que se refere às “festas históricas”. Estamos, contudo, na presença de dois exemplos de “democratização” da história, duas representações que garantem um novo consumo do passado (e destituem um pouco mais os intelectuais do monopólio da história) e que têm

---

<sup>84</sup> Paul Ricœur, artigo citado, p. 735.



em comum, ao menos, a volatilidade e um crescimento tão recente quanto rápido. Duas representações, cuja relação com a história culta não é definitivamente mais colérica em um ou outro caso, apesar das garantias ou das aparências científicas de bom grado mais numerosas no caso da *internet*, e a idéia atual, para as festas populares, de viver e fazer viver a “verdadeira” história, e que a mais freqüente é a do “povo”. Certamente, a apresentação de uma história institucional na *internet* tem muito a ver com questões identitárias, como se pode também constatar local ou regionalmente com certos desenhos animados de amadores e com certos diretores do “patrimônio”<sup>85</sup>. Mas, através de uma relação com o passado muito diferente, a história recomposta das instituições responde, por exemplo, a lógicas muito distanciadas do campo econômico ou turístico explicitamente muito inventivo: neste último caso, é necessária, então, uma história emocionante, uma história que “fala”.

Através dos quatorze *sites* estudados, observam-se estratégias variadas de apresentação da história, por vezes utilizadas de forma complementar.

Há, com freqüência, a *história como dificuldade não superada*, com estes *sites* para os quais ela põe em evidência um certo número de problemas (Bélgica). As respostas ou as tergiversações são, então, variáveis: da amnésia total (Argentina e Espanha) ou parcial (Japão e Chile), da diminuição um pouco rápida de certos períodos (Bélgica) a um “polimento” político ou a uma reconstrução largamente simplificadora (Portugal), até mesmo por vezes pontualmente acrobática e contraditória (França) – a atualidade política francesa mostra a inconseqüência desta gestão deliberada da história.

Há também a *história como manifestação de antigüidade e até mesmo de anterioridade*: os *sites* em que a história deve mostrar a antigüidade ou até a anterioridade da potência regional (Rússia e França, notadamente).

Há, enfim, a *história como afirmação ou memória da grandeza nacional*, sensível por intermédio destes *sites*, que manifestam implicitamente, atra-

---

<sup>85</sup> Nota do tradutor – Aqui há um trocadilho intraduzível: o autor utilizou sucessivamente *animation* e *animateur*: *animation*, em francês, quer dizer “desenho animado” e *animateur* quer dizer “diretor, líder, empreendedor, animador”.

<sup>86</sup> Esta análise deve certamente ter seqüência. Seria preciso estudar, em detalhe e com uma equipe de especialistas de cada uma das zonas geográficas, muitos outros aspectos destes *sites*: sua gênese e, em particular, a escrita por diplomatas ou historiadores, da instituição ou não, destas páginas de história; a gestão das mudanças de regime político; a construção, a instrumentalização ou o desaparecimento por vezes dos heróis da história nacional; a presença do estrangeiro nestas histórias...

vés de uma história abundante e até transbordante, esta aspiração (Brasil e França)<sup>86</sup>. Neste aspecto, há ainda uma certa especificidade brasileira e francesa, com manifestação bastante forte de uma afeição pela história que conduz ao menos alguns responsáveis políticos e burocráticos a crer na necessidade de imaginar e transmitir o passado, em particular o tempo presente, para o grande público.

No campo das relações internacionais conhecidas oficialmente (apresentadas, portanto, por grupos memoriais reduzidos e muito fortemente estruturados), o conteúdo do passado é raramente negociado; a palavra de Estado não é, e está longe de ser, única; enfim, o discurso liberado se pretende, característica da diplomacia, ainda muito distanciado de alguma alimentação da demanda social por polêmica, no entanto comum. Esta “prudência” política (sem embargo muito diversificada nos usos do passado) permite fazer opções no presente. Para retomar as propostas de Jean-Clément Martin, a exibição e a dissimulação são traços recorrentes das estratégias das instituições de Estado, encarregadas de fazer e mostrar as relações exteriores numa perspectiva histórica. A França, não obstante tão segura de seu passado e de sua tradição historiográfica, é, neste caso, emblemática de um uso político do passado em sombras chinesas, amiúde bem claras, mas, por vezes, fluidas ou, pelo menos, ambíguas.

Finalmente, o problema da história assim apresentado na *internet* mostra-se duplo. Aos olhos do historiador contemporâneo, a representação mais ou menos linear ou acrobática da história, pelos diversos Ministérios das Relações Exteriores do planeta, é grave, visto que é consumida sem instrumento de discriminação acessível. Mas é talvez mais preocupante quando, situação extrema, alguns colegas, historiadores ou pretensos historiadores, ultrapassam insensivelmente o limite entre sua eventual função de especialista e a de cortesão de uma instituição; ou quando, mais simplesmente, garantem uma história sobre a qual não têm domínio.